

ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 159ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro Cesar Pereira (SMOBI), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Flávia Mourão Parreira do Amaral (PBH), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Livia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH) e Nilo de Oliveira Nascimento (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA) e Filipe Nepomuceno Bicalho Santos (COPASA).

Ausência justificada: Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando os pontos de pauta: Apresentação, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2023 e da proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2024.

Em seguida, o Conselheiro colocou em votação a aprovação das atas das 153ª e 154ª Reuniões Ordinárias, sendo ambas aprovadas com 10 votos a favor e 01 abstenção.

A palavra foi repassada ao Subsecretário Adjunto de Planejamento, Gestão e Finanças, Rodrigo Ferreira Matias, que procedeu à sua apresentação.

O Subsecretário informou que a Resolução COMUSA 001/2023 aprovou os seguintes investimentos: Gestão Ambiental: R\$81 milhões; Vila Viva: R\$22 milhões; Resíduos Sólidos: R\$10 milhões e Fortalecimento Institucional: R\$12 milhões, totalizando R\$125 milhões. O palestrante esclareceu que no eixo Gestão Ambiental, foram realizados investimentos em 79 empreendimentos que compreendiam obras, projetos, projeto técnico-social, entre outros, sendo investidos cerca de R\$107 milhões neste eixo. No eixo Fortalecimento Institucional, o investimento foi da ordem de R\$426 mil, sendo o saldo dos R\$12 milhões previstos, remanejado para outros investimentos. No eixo Vila Viva foram investidos mais de R\$24 milhões e no eixo Resíduos Sólidos foram investidos R\$519 mil. Em resumo, estava previsto um investimento de R\$125 milhões e foi realizado R\$132,8 milhões, sendo que o excedente de R\$7,8 milhões utilizado refere-se ao saldo financeiro do exercício do ano anterior.

O fluxo de caixa do Fundo Municipal de Saneamento em 2023 ocorreu conforme o apresentado na tabela a seguir. O saldo do FMS, ao final do exercício de 2023, correspondia a R\$27.122.637,49.

FLUXO DE CAIXA		
Descrição	Créditos	Débitos
Saldo 2021	32.387.664,16	-
Aporte PBH	47.621.190,74	-
Aporte COPASA	76.702.992,74	-
Rendimentos Aplicação	3.220.158,13	-
Pagamentos	-	132.809.368,28
TOTAL	159.932.005,77	132.809.368,28
SALDO	27.122.637,49	

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes.

A Conselheira e representante do Executivo Municipal, Flávia Mourão, perguntou se os recursos da compensação de Brumadinho são revertidos para os empreendimentos previstos no Fundo Municipal de Saneamento.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, explicou que existe um convênio que foi celebrado com o Governo do Estado, mas que os recursos deste convênio são destinados a uma conta específica e os recursos do Fundo Municipal de Saneamento podem ser utilizados como contrapartida do Município em algum empreendimento contemplado pelo convênio, como é o caso da Bacia de Detenção do Córrego Ferrugem.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio, pediu maiores esclarecimentos sobre as obras de implantação de jardins de chuva que a Prefeitura vem realizando na Região de Venda Nova e questionou se a proposta é minimizar os impactos no Córrego Vilarinho.

O Conselheiro Ricardo Aroeira explicou que a bacia do Ribeirão Isidoro possui dois contribuintes principais, que são os córregos do Nado e Vilarinho. Para avaliar a bacia de forma global, foi desenvolvido um estudo sobre os tributários do Isidoro, a fim de mitigar os riscos de inundações na bacia, através de uma sucessão de obras e intervenções de curto, médio e longo prazos. A exemplo de intervenções mais estruturantes, estão sendo executados pela SUDECAP, os reservatórios profundos, que se caracterizam por grandes reservatórios enterrados que serão preenchidos com água excedente no período de grandes tormentas. Além disso, existem medidas compensatórias, que são soluções baseadas na natureza, a exemplo dos jardins de chuva, que são disseminados ao longo do território da bacia. A expectativa é de que o somatório do efeito dessas soluções baseadas na natureza (telhados verdes, caixas de retenção individualizadas, além dos jardins de chuvas) contribua para a mitigação do risco de inundação, principalmente para as chuvas de menor intensidade, que são mais frequentes. O Plano Diretor Municipal estabelece que cada novo empreendimento na cidade, terá que tomar medidas para entregar ao sistema público de drenagem, a vazão que seria entregue caso o terreno fosse virgem. Por isso, o Município está implantando essas estruturas no território, com objetivo de aumentar as áreas permeáveis, reduzir o escoamento superficial e mitigar os riscos de inundações.

A Conselheira Livia Pancrácio, mostrando fotos, relatou que as estruturas que foram implantadas estão sem indícios de manutenção e que não houve consulta pelo interesse dos moradores. Ressaltou, ainda, que as estruturas reduzem o espaço de estacionamento nas vias e dificultam a entrada em garagens.

O Conselheiro e representante da SMPU, Isaac Medeiros, sugeriu abordar o tema como ponto de pauta em uma reunião do COMUSA. Informou, ainda, que os dados sobre os jardins de chuva estão disponíveis no BHMap. Ao todo, são 62 jardins de chuva implantados no Município, envolvendo os bairros Santa Amélia, Santa Branca, Santa Mônica, Itapuã e Planalto. Os locais de implantação foram escolhidos através de parâmetros técnicos. O conselheiro afirmou que foi feita uma operação de sensibilização com os moradores, sendo percorridos 200 domicílios para a implantação de 62 jardins de chuva. Ressaltou que nem todos os jardins estão na condição paisagística ideal, mas estão cumprindo a função hidrológica para a qual foram implantados.

O Conselheiro Ricardo Aroeira deixou agendado para a próxima reunião, a apresentação abordando a temática “Soluções baseadas na natureza”, o que contempla os jardins de chuva.

O Conselheiro Nilo Nascimento informou que a Administração Municipal vem debatendo esta temática com a universidade há muito tempo. Ressaltou a importância de combinar esforços nas esferas pública e privada, para alcançar resultados promissores que reduzam os escoamentos e melhorem a qualidade da água pluvial. Enfatizou o desafio de trabalhar em uma cidade já construída, sendo o desafio em áreas de ocupação informal ainda maior.

O Conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, parabenizando o Conselheiro Isaac por sua postura como servidor público, ressaltou a importância da Administração Municipal avançar no contexto da participação da população em suas ações.

Encerradas as considerações, o Conselheiro Ricardo Aroeira colocou em votação a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saneamento do exercício 2023, sendo aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Conselheiro Ricardo Aroeira procedeu a apresentação da proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento para o ano de 2024, cujo resumo está disposto na tabela abaixo.

PLANO DE INVESTIMENTOS 2024		
Projeto Sustentador	Quantidade de empreendimentos	FMS 2024 Resolução 001/2024 (R\$)
Gestão Ambiental	172	89.000.000,00
Vila Vila	109	48.700.000,00
Resíduos Sólidos	22	15.600.000,00
Fortalecimento Institucional	5	1.700.000,00
TOTAL	308	155.000.000,00

O Conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, sugeriu que a questão institucional dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário fosse pautada para discussões em uma próxima reunião.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Pancrácio, questionou se os empreendimentos com status paralisado têm expectativas de serem retomados e se os que possuem status cancelado não serão continuados.

O Conselheiro Ricardo Aroeira explicou que, de um universo de 330 empreendimentos, apenas 12 estão paralisados, com expectativa de serem retomados. Informou que a paralisação pode se dar por problemas com a empresa contratada, algum problema de desapropriação ou por outro motivo que torne a paralisação necessária. Sobre os empreendimentos cancelados, informou que podem ter sido concluídos com outra fonte de recursos ou a proposta não foi bem concebida, gerando a eliminação do empreendimento no Plano de Obras.

A conselheira Livia Pancrácio sugeriu que a Prefeitura comunique à população quando da paralisação ou cancelamento das obras, visto o transtorno causado para as pessoas diretamente envolvidas.

O conselheiro Ricardo Aroeira explicou que, para os empreendimentos estruturantes, a Prefeitura contrata o Projeto Técnico de Trabalho Social, que tem a função de estabelecer o diálogo permanente entre a população do entorno e o Poder Público Municipal, assim como da população afetada pelo empreendimento com o Poder Público. Para os empreendimentos menores, o diálogo é conduzido pelo fiscal da obra.

A Gerente de Apoio à Gestão de Águas Urbanas, Raquel Arantes, complementou informando que nem sempre o empreendimento paralisado corresponde a uma obra, podendo ser um projeto ou apenas um planejamento inicial, o que não significa transtornos para a população.

Encerradas as manifestações, o Conselheiro Ricardo Aroeira colocou em votação a proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento para o Exercício 2024, sendo aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.